

2

O Casamento no contexto psicossocial

A instituição casamento encontra-se presente nos mais diversos contextos socioculturais, apresentando em cada um deles formas e significados diferentes. Podemos considerar a relação conjugal uma relação significativamente importante dentre as múltiplas formas de relações afetivo-sociais. Fatores sociopsicoculturais influenciam a forma de união e de manutenção das relações conjugais. Na sociedade antiga, o casamento não consagrava um relacionamento amoroso, pelo contrário, ele representava um negócio de família. Os indivíduos se casavam seguindo o conselho de suas famílias e para o bem delas. Nesse período, como a decisão da escolha era feita por parte dos pais dos noivos, havia pouco ou nenhum investimento afetivo entre os parceiros e a característica básica do casamento era a indissolubilidade, atualmente, a escolha do parceiro é feita pelo próprio indivíduo, o investimento afetivo é uma das principais características das uniões e os casamentos não são mais indissolúveis.

O século passado foi o cenário das principais transformações socioculturais, econômicas e políticas cujos desdobramentos marcaram a modernidade. A partir da segunda metade do século XX, transformações sociais importantes como a emancipação feminina, o individualismo, a independência em relação às famílias de origem, os avanços tecnológicos, a globalização, entre outros fatores, influenciaram a mudança de significado da família, do casamento, das relações afetivas em geral.

No final do século XX, encontramos uma variedade de arranjos conjugais, desde vínculos matrimoniais legais, até parceiros em uniões temporárias ou definitivas, consideradas estáveis. Casais casados, recasados, com filhos de uma primeira união, sem filhos, morando juntos ou separados, configuram algumas das possíveis formas de conjugalidade presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Goldenberg (2000), mais que o formato do casamento, devemos buscar compreender a formação e mecanismos de manutenção do laço afetivo presentes na relação. Os novos casais estruturam suas relações num contexto com diferentes diálogos sobre romantismo, amor-paixão, amor-companheiro, individualidade, identidade conjugal, cumplicidade, diferenciação,

fusão, entre outros tantos que, muitas vezes, promovem nos sujeitos-parceiros sentimentos contraditórios e conflitos relacionais. O grande desafio para os novos casais parece ser a construção de um universo comum, com a possibilidade de expressão da individualidade de cada parceiro, o que afirma a necessidade de construção de novos padrões de relacionamento.

2.1

O casamento, da modernidade à contemporaneidade: o progressivo enfraquecimento do poder decisório das famílias de origem

Do final do século XIX às décadas de 80/90 do século XX nítidas mudanças psicossociais marcaram o casamento. No início de 1900 a família tinha autoridade para definir com quem, como e quando seus jovens integrantes deveriam se casar. Já nas décadas de 50/60, com o crescimento das cidades, é grande o número de mulheres que conquistam o direito de ir para a universidade. Tal processo, muitas vezes, se fazia mediante a mudança da casa paterna, já que as universidades se concentravam nos grandes centros. Pais e irmãos não representavam mais a fonte exclusiva de abertura para a vida social mais ampla das mulheres, nesse período. Embora a escolha do parceiro para o casamento ainda fosse feita pela família de origem, passou a depender de uma aprovação dos pares envolvidos. Esse processo evoluiu num percurso que culminou com a mudança no poder decisório dos pais. Os pais passavam a aceitar o que a geração mais nova determinava para si mesma. Essa geração assumiu o poder e o direito de escolha de seus próprios parceiros, inclusive se esta escolha deve ou não “durar para sempre” (Biasoli-Alves, 2000).

Esse processo é apontado em um estudo realizado por Hurtebise (apud, Singly, 1993) mediante a análise de correspondências amorosas do final do século XIX à segunda metade do século XX. Neste estudo, o autor destaca três momentos nos quais ocorre o progressivo afastamento da família de origem do projeto amoroso do casal. O primeiro momento corresponde aos anos entre 1860 a 1920, período no qual o casal se posiciona como uma continuação da sua família de origem e se define em relação a esse pertencimento. No período de 1920 a 1960 os cônjuges adquirem mais autonomia em relação às famílias de origem e a

relação amorosa como um projeto comum dos parceiros passa a definir o casal. A importância para os casais desse momento passa a ser a manutenção da relação em função de suas afinidades afetivo-sexuais e intelectuais, muito mais do que viver de acordo com papéis pré-estabelecidos, embasados em vínculos institucionais, sociais e religiosos. No terceiro momento, no período de 1960 a 1988, a atenção se desloca do laço amoroso entre o casal para o indivíduo. Nesse momento a valorização das necessidades individuais na relação ganha destaque. O casal já não se constitui baseado nos referenciais das famílias de origem e passa a ser definido pelos indivíduos envolvidos na relação. O vínculo conjugal passa a ser estabelecido a partir dos desejos de cada parceiro, não mais por convenções sociais. Os três momentos caracterizados nesse estudo nos mostram a progressiva valorização das necessidades individuais na relação e a diminuição da ênfase na dimensão institucional do casamento.

Théry (1996) afirma que a principal função da família encontrava-se no processo de transmitir o patrimônio econômico e moral para as gerações subsequentes. No entanto, as freqüentes transformações sociais, os novos valores vigentes, a maior atenção às necessidades individuais, colocaram a intersubjetividade como um princípio dominante. O indivíduo passou a ser valorizado em sua singularidade e as relações em qualidade. Hoje, tanto nas relações parentais quanto nas conjugais a atenção está voltada para a construção da identidade dos integrantes desses núcleos. Esse novo paradigma se destaca como referência fundamental na concepção e na dinâmica da família. O autor define a família contemporânea como uma rede de relações afetivas. Nesse sentido, a família é construída a partir das necessidades e desejos dos indivíduos, mas a solidariedade e a reciprocidade continuam sendo importantes fundamentos. Essa mesma dinâmica também norteia as novas relações conjugais.

Segundo Singly (1993), o casamento tende a desestabilizar a relação paterno-filial. O autor também destaca que ligações demasiado estreitas entre pais e filhos casados podem debilitar a relação do casal. A tradicional influência dos pais no casamento dos filhos perde força na contemporaneidade. Hoje, a expectativa é que o casal seja mais independente e exerça maior autonomia em relação a sua família de origem. Valorizam-se mais os novos núcleos familiares no lugar da família extensa. Singly (1993) aponta o gradativo afastamento do casal de suas famílias de origem como um fator de transformação na dinâmica das

relações conjugais e familiares. O casal contemporâneo adquiriu um novo formato na própria relação, centrando-se sobre si mesmo. A concepção sobre o laço conjugal passou a significar muito mais um envolvimento dos membros do casal entre si do que uma ligação deles com suas famílias de origem. O autor destaca a progressiva autonomia do laço conjugal na contemporaneidade e, em decorrência disso, a diminuição da função do casamento como instituição. Nesse sentido, o casamento perde força em relação à manutenção da vida em comum. Agrega-se a isso os valores socioculturais que aprovam a autonomia e desvalorizam a dependência dos novos núcleos familiares em relação às suas famílias de origem. O autor destaca a idéia da desvalorização do casamento como uma relação indissolúvel, a partir dos anos 60, como um fator decisivo na mudança dos padrões relacionais entre as famílias de origem e a formação de novos núcleos familiares. Na contemporaneidade, os parceiros insatisfeitos com sua relação conjugal não mais permanecem juntos em nome de um princípio institucional. As diversas mudanças sociopsicoculturais ocorridas influenciaram o perfil do casal contemporâneo. Forças religiosas, sociais e políticas perderam sua influência na formação dos laços conjugais. Hoje, o casamento já não representa estabilidade e proteção na vida conjugal. A instabilidade presente nas relações conjugais atuais procede do alto índice de exigência de satisfação pessoal, das demandas de cada parceiro.

A relação conjugal contemporânea está fundamentada na construção das identidades pessoais e caracteriza-se por uma maior fragilidade, por redefinições e por rompimentos freqüentes. O compromisso dos parceiros se mantém enquanto a relação for prazerosa para ambos. Hoje, a posição mais autônoma dos indivíduos não suprime o desejo de estabelecer laços conjugais, porém influencia na dissolução de uniões pouco satisfatórias. A estabilidade da relação conjugal está diretamente relacionada à permanente negociação dos diversos aspectos relacionais entre os parceiros (Dias, 2000). A relação conjugal atual adquiriu o sentido de favorecer o crescimento individual de cada parceiro, portanto, o processo de continuidade do casamento encontra-se vinculado ao grau de satisfação de cada parceiro na relação (Giddens, 1992).

A célebre feminista Simone de Beauvoir, representante do movimento feminista de valorização da individualidade e da liberdade feminina, acreditava ser o casamento uma instituição pervertida desde a origem. Em sua concepção, a

declaração de que um homem e uma mulher devem bastar-se de todas as maneiras durante toda a vida engendra necessariamente hipocrisia, mentira, hostilidade e infelicidade (Beauvoir, 1983). Ela afirmava seu interesse pela transcendência, superação e expansão dos indivíduos. O grande destaque da contemporaneidade é a ênfase no domínio do indivíduo sobre sua vida. Nas sociedades atuais destacam-se as necessidades individuais e o bem-estar de cada ser humano.

Mais recentemente, Goldenberg (2000) aponta a liberdade e reciprocidade como as categorias que melhor representam os novos arranjos nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. No lugar das antigas categorias utilizadas pelas feministas, como luta por igualdade e reivindicação dos direitos da mulher, temos hoje novas idéias que expressam melhor o que é valorizado no cotidiano de um casal, como o respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca e crescimento mútuo. Hoje, muito mais do que modelos sociais a serem reproduzidos, homens e mulheres procuram “inventar” suas formas de parceria amorosa.

Esses novos arranjos estabelecidos são fruto do aumento do individualismo nas relações atuais. Segundo Magalhães (1993), o homem moderno é marcado pela influência da ideologia individualista, amplamente difundida na sociedade atual e isso se reflete no casamento. A busca de autonomia, de liberdade e de exercício de seus próprios direitos e necessidades levam o sujeito a valorizar esses fatores no parceiro. Conseqüentemente, esse contexto coloca o individualismo como característica central nas relações afetivas contemporâneas.

A difusão da ideologia individualista alterou significativamente a função do casamento. No início do século XX, o casamento representava a entrada do casal na vida social. Segundo Giddens (2000), o casamento era considerado um “caminho natural” no percurso da história da maioria dos jovens. O casamento era considerado uma prática tradicionalmente aceita, com funções e papéis sociais a serem cumpridos após a entrada dos jovens no matrimônio.

Na sociedade contemporânea, a expectativa com relação aos indivíduos foi deslocada das representações sociais para as realizações pessoais de cada um. A busca de auto-realização e maior autonomia ampliou a atuação, sobretudo, das mulheres. Questões referentes à sexualidade feminina e à maternidade foram reformuladas. O casamento, então, assimilou novos valores. A intimidade passou

a ser um fator fundamental na organização e na manutenção da vida em comum. A emancipação feminina foi um dos eventos de maior destaque na consolidação da ideologia individualista, marcando o contexto do casamento contemporâneo.

Homens e mulheres contemporâneos, imersos em valores individualistas, apresentam dificuldades em manter um equilíbrio entre a expressão e satisfação de suas necessidades pessoais e a manutenção da união estabelecida. Esta idéia é destacada por Féres-Carneiro (1998) que ressalta a influência do individualismo no casamento contemporâneo. Se por um lado a valorização da individualidade possibilita aos parceiros a opção por novas escolhas, por outro, o mesmo individualismo entra em choque com as demandas da relação em comum. A liberdade e a satisfação das necessidades pessoais promovem tensão no espaço conjugal. A autora comenta as dificuldades dos novos casais em estabelecerem uma “identidade conjugal” na relação, já que o exercício da autonomia somado ao exercício das demandas conjugais parece contraditório. A ideologia individualista dificulta o estabelecimento de um projeto comum na conjugalidade, pois esse último demanda a renúncia a alguns projetos pessoais na construção da “identidade conjugal”.

Segundo Dias (2000), o processo de construção da conjugalidade, desenvolve-se com aspectos contraditórios: os parceiros oscilam entre a negação de suas individualidades em prol da integração do casal e, posteriormente, reafirmam suas diferenças, investindo no desenvolvimento individual. Esse processo torna a construção do casal contemporâneo uma tarefa difícil, devido à tentativa de conciliar demandas contraditórias.

Singly (1993) aponta a fragilização do casal como uma das conseqüências da valorização da autonomia no casamento contemporâneo. Segundo ele, o imediatismo e a satisfação das necessidades individuais tornam o casal pouco tolerante às frustrações no casamento. Assim, a natural percepção das insatisfações conjugais pode levá-los mais facilmente às separações e renovações de suas escolhas.

As características do casamento contemporâneo, seus valores contraditórios, o aumento do individualismo nas relações e as expectativas de felicidade parecem estar relacionadas ao crescente número de separações ocorridas na atualidade. Segundo Féres-Carneiro (1998), este fato não indica uma falência da instituição do casamento. As separações e divórcios reforçam a

importância do casamento atual como uma união que satisfaça as expectativas dos parceiros.

Magalhães (1993) aponta, em seu estudo sobre individualismo e conjugalidade, uma distinção na concepção de casamento dos homens e das mulheres por ela entrevistados. As mulheres definem o casamento como uma “relação amorosa”, já os homens tem a concepção de casamento como “constituição de família”. Em relação aos resultados de outra pesquisa, Féres-Carneiro (1998) destaca essa distinção de gênero na concepção de casamento como um dos motivos relevantes para o predomínio feminino nas demandas de separação. Para a mulher, contínuas dificuldades na relação, na admiração e no relacionamento sexual são motivos para reavaliar a continuidade da relação conjugal.

2.2

Relações conjugais e transformações na afetividade

As profundas transformações ocorridas no relacionamento conjugal, durante o último século, foram em grande parte determinadas pelos avanços científicos e tecnológicos que mudaram significativamente o perfil das necessidades e desejos. Fatores culturais e socioeconômicos contribuíram para a transformação da dinâmica das relações conjugais, provocando alterações no significado e nas funções do casamento. Os diversos valores sociais atribuídos aos gêneros e a diminuição da influência religiosa no processo histórico são fatores sociais que, entre outros, marcam as formas de pensar, de sentir e de se relacionar.

Na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos ocorria muito mais sob a influência da situação econômica do que sob a atração sexual mútua. Na camada menos favorecida economicamente, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Nesse contexto, era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual. Relata-se que, entre os camponeses da França e da Alemanha do século XVII, comportamentos de demonstração de afeto como o beijo e a carícia eram raros entre os casais casados. No entanto, entre os grupos aristocráticos, a licenciosidade sexual era abertamente permitida às mulheres tidas como

“respeitáveis”. Em certas épocas e locais, estas mulheres podiam buscar o seu próprio prazer sexual, independente das exigências de reprodução e do trabalho rotineiro. Também em outros grupos nobres europeus, era comum encontrar a notória distinção entre a sexualidade “casta” do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais. Os aspectos afetivo e sexual não eram considerados requisitos importantes para a formação das uniões conjugais (Giddens, 1992).

A Igreja sempre manteve forte influência nas questões relacionadas ao casamento. A procriação era considerada pela Igreja a principal função do matrimônio. As famílias freqüentemente aderiam e reproduziam as tradições impostas pela Igreja. Durante muito tempo a função do casamento era estabelecer vínculos conjugais entre famílias com laços de parentesco mais amplos, visando a sua perpetuação. Em pesquisa realizada com mulheres brasileiras no final do século XIX, Biassoli-Alves (2000) destaca um “contrato” entre famílias na formação dos novos casais, na medida da existência de grande interferência familiar na escolha dos parceiros. Nessas formações conjugais, era freqüente encontrar tanto a ausência do sentimento do amor, como a expressão da sexualidade em vivências extra-conjugais.

A partir do século XIX, o ideal de amor romântico, difundido pela literatura e pela ordem social em geral, exerceu influência principalmente sobre os grupos burgueses. Esses ideais promoveram mudanças nas relações conjugais, introduzindo o amor no casamento. Então, aspectos econômicos e sociais perderam força como fatores determinantes das uniões conjugais. Nesse novo contexto, a afetividade entre os parceiros ganhou destaque no laço conjugal. Inaugurava-se, então, a permissão para que cada indivíduo escolhesse seu parceiro. Nesse contexto, denotava-se o enfraquecimento dos laços de aliança familiar no casamento. Esse processo levou os indivíduos a desligarem-se progressivamente das relações sociais e familiares mais amplas. A partir daí, as uniões conjugais foram motivadas mais por questões pessoais do que por questões de aliança familiar e considerações econômicas, distinguindo o relacionamento conjugal de outros da organização familiar. Os parceiros adquiriram uma nova função, a de colaboradores em um empreendimento emocional conjunto. O lar converteu-se em um local afeto e apoio emocional (Giddens, 1992).

Nesse novo contexto, a sexualidade se separou de um círculo crônico de gravidez e parto. Nesse período, ao mesmo tempo em que a sexualidade começou a ganhar destaque no casamento, o amor também ganhou amplitude e passou a representar a base para as uniões conjugais. A influência dos ideais românticos no casamento ficou socialmente registrada na idéia de um envolvimento prolongado e na construção de uma “história compartilhada” com o outro. No amor romântico o parceiro amado é idealizado. Além do caráter sonhador e fantasioso do romance, presume-se um encontro de almas. No amor romântico ocorre o fenômeno típico do amor-paixão: o indivíduo deixa-se absorver pelo outro, porém de forma integrada a uma busca. Uma busca em que a auto-identidade do indivíduo espera a sua validação por meio do encontro com o outro.

O amor romântico era um amor vivido basicamente pelo gênero feminino. Os homens pouco sofreram sua influência e afirmavam sua sexualidade mediante a distinção entre dois tipos de mulheres: as imaculadas e as impuras. De acordo com Giddens, a premissa de que o amor verdadeiro, quando encontrado, é “para sempre” esteve associada ao caráter romântico das relações. A satisfação emocional e a felicidade sexual no amor romântico seriam garantidas pela força da união do próprio amor. Para isso, a idéia da mulher respeitável era uma condição necessária para a manutenção da felicidade sexual garantida pelo amor. Para alcançar esse objetivo, no entanto, o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era fundamental. O resultado desta ligação pode ter sido anos de infelicidade nos casamentos, devido ao fato de que o amor como uma fórmula para o casamento nem sempre sustenta as várias exigências posteriores para seu desenvolvimento.

Giddens (1992) destaca que os homens se mantiveram afastados das transformações ocorridas no casamento e nas relações pessoais, sendo nelas introduzidos pelas suas mulheres. Para o gênero masculino, o casamento ocorria seguindo os moldes nos quais a virgindade feminina era protegida até o momento da santificação da união. Os homens mantinham dissociadas as experiências do amor romântico das regras de sedução. Especialistas em diversas formas de conquista, pouco sabiam sobre questões de intimidade.

Associado ao ideal romântico do amor nas relações, os papéis de gênero eram bem definidos. Em uma pesquisa sobre as estratégias matrimoniais na sociedade paulista do século XIX, Samara (1988) aponta que o estereótipo de

marido dominador e mulher submissa vigoravam nas relações matrimoniais. A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços. Já as funções de provedor e protetor garantiam a dominação masculina em um tipo de sociedade onde o poder de decisão estava nas mãos dos homens. Era muito comum a construção dos casamentos com os papéis de gênero pré-estabelecidos nesses moldes.

Já na segunda metade do século XIX, percebe-se uma dinamização no aspecto das relações familiares entre os gêneros. As mulheres demonstravam uma participação mais ativa na família e nos negócios, somando recursos para a manutenção da casa. Esse fato contribuiu para mudanças nos valores tradicionais das relações matrimoniais. As transformações decorridas da emancipação e da autonomia sexual feminina muito contribuíram para a fragmentação do ideal de amor romântico (Samara,1988).

Atualmente, uma nova geração de mulheres e homens tem deixado a casa paterna não mais para casar, mas para “viver sua própria vida”. Hoje, o foco de atenção mudou do casamento para os relacionamentos em si. O termo relacionamento, recentemente instituído, caracteriza relações cujo vínculo emocional é estreito e contínuo com outra pessoa. Giddens (1992) introduz a expressão relacionamento puro e descreve o modelo contemporâneo de relacionamento da seguinte maneira: os relacionamentos nascem do interesse de cada um em manter-se associado ao outro e o que importa é a própria relação, o que cada um pode extrair da relação em termos de satisfação pessoal.

A característica central desta nova forma de relacionamento é a confluência. O amor confluyente é ativo e contingente, por isto não é compatível com as categorias “para sempre” e “único” do amor romântico. Agora, a realização do prazer sexual recíproco tornou-se um elemento chave na manutenção ou não do próprio relacionamento. No amor confluyente não há a distinção entre mulheres respeitáveis e impuras. Em seu ideal, todos têm a oportunidade de se tornarem sexualmente realizados. Para tal, torna-se fundamental entre os parceiros o conhecimento das características do outro, inclusive sexuais. A exclusividade sexual tem sentido na medida em que os parceiros a considerem desejável.

O amor confluyente se desenvolve na proporção em que cada parceiro manifesta preocupação em relação ao outro, encontrando-se sensível às necessidades deste outro. Assim, é um amor estreitamente relacionado ao grau de intimidade entre os parceiros. A intimidade é compreendida como uma disponibilidade entre os parceiros para a troca, para conhecer e revelar as peculiaridades de cada um. A abertura para o outro exige a colocação dos limites pessoais mediante um processo comunicativo. A relação de intimidade presente no amor confluyente depende de uma comunicação emocional clara de cada um para consigo mesmo e para com o outro. Dessa forma, o relacionamento ajusta-se ao desenvolvimento individual de cada parceiro. O que mantém as uniões embasadas no amor confluyente é a aceitação por parte de cada parceiro, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade (Giddens, 1992).

Dias (2000) destaca que o casamento contemporâneo fundamenta-se na busca da satisfação emocional e afetivo-sexual de ambos os parceiros. Os casais valorizam o espaço individual na relação, respeitam as diferenças, atribuem importância ao diálogo e à expressão das emoções. Buscam uma relação com correspondência afetiva, desejo pelo outro, compatibilidade sexual e preservação da individualidade e, dentre os fatores mais realçados, a afinidade sexual é um valor tão expressivo que é considerada um termômetro da relação. As oscilações constantes no campo sexual levam muitos casais a questionarem a manutenção ou não da relação.

Jablonski (1991) aponta o amor-paixão como uma característica típica dos estágios iniciais dos relacionamentos contemporâneos. No entanto, essa característica se transforma naturalmente à medida que a relação cresce e se solidifica. A convivência cotidiana dos parceiros e as experiências entre eles compartilhadas possibilitam a transformação do sentimento inicial de amor-paixão em amor-companheiro. Assim, a intensidade e o prazer do relacionamento sexual cedem lugar à cumplicidade e ao envolvimento mais terno do amor-companheiro. No entanto, com o destaque acentuado da vivência do prazer nas relações conjugais e a influência da cultura na valorização do amor-paixão em detrimento do amor-companheiro, muitos casais identificam a passagem do amor-paixão para o amor-companheiro como uma crise ou o fim da relação.

Segundo Goldenberg (1994), quando a relação conjugal é mantida após a passagem de um estado a outro do sentimento de amor, alguns casais podem sentir uma nostalgia da paixão inicial e uma frustração por não mais usufruir aquele prazer intenso do primeiro momento. Essa nostalgia pode levar a uma busca pela recuperação da paixão e do prazer de forma mais intensa, produzindo insatisfação na relação ou a busca de novos objetos de amor.

Dias (1995) destaca a presença de uma forte valorização da sexualidade levando os jovens a buscarem conhecimentos que propiciem experiências sexuais mais prazerosas e intensas na sociedade contemporânea. Os novos casais questionam a qualidade das relações sexuais que mantêm, o prazer de cada um na relação, a fidelidade, fantasias e preferências individuais. Esses questionamentos demonstram como os relacionamentos atuais encontram-se embasados na presença do amor e do prazer na relação.

As transformações na intimidade, o aumento do individualismo e as mudanças nos papéis de gênero caracterizam as relações conjugais contemporâneas. Além das transformações psicosociais que envolvem a conjugalidade, o novo casal marca a inauguração de uma nova fase no ciclo vital da família. Na formação desse terceiro subsistema, o casal precisará lidar com as diferenças e influências dos padrões das famílias de origem de cada parceiro, num processo contínuo de elaboração e construção da própria conjugalidade.

2.3

A formação do novo casal na perspectiva do ciclo vital

Na perspectiva sistêmica, a família, além de ser a matriz da identidade pessoal do indivíduo, é o primeiro sistema que situa o homem no seu espaço social. A partir de uma relação de interdependência entre os sistemas familiar e individual, a realidade familiar é construída, sendo fruto da história compartilhada por seus membros. Nas fases iniciais da vida, o indivíduo naturalmente mantém uma relação bastante dependente com os membros de sua família. Essa relação adquire gradativamente um caráter mais independente na medida do desenvolvimento do indivíduo. Ao longo desse processo, transformam-se as posições dos afetos, os papéis e as funções ocupadas pelos membros da família, enfim, a dinâmica das relações reorganiza-se. Essa natural mudança e adaptação

promovem no indivíduo, em cada nova etapa de seu desenvolvimento, a construção de um diferente significado sobre o sistema familiar o qual vivencia. Os desenvolvimentos do indivíduo e do sistema familiar ocorrem de forma interdependentes (Cervený, 2002).

O conceito de ciclo de vida familiar foi introduzido pelos sociólogos Reuben Hill e Evelyn Duval para descrever a sucessão de fases que atravessa a unidade familiar desde a sua constituição até seu desaparecimento (Miermont, 1994). A classificação do ciclo de vida familiar varia segundo diversos autores mediante a utilização de diferentes marcos como idade dos pais, dos filhos, tempo de união de um casal, eventos nodais, entre outros.

Duval (1977) classifica estágios bem definidos no ciclo de vida familiar. Esses estágios relacionam-se às idas e vindas dos membros da família e são marcados por eventos nodais como casamento, nascimento e educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, aposentadoria e morte. Já a perspectiva de Hill (1970) aponta para uma visão geracional do ciclo de vida. Esse autor descreve os pais dos filhos casados formando uma “ponte geracional” entre duas gerações, a geração mais velha e a mais nova da família. Na sua visão, em cada estágio do ciclo de vida existem papéis distintos que os membros da família representam uns em relação aos outros. O casamento marca a inauguração de um novo estágio no ciclo de vida na perspectiva de ambos os autores (McGoldrick, 2001).

Carter e McGoldrick pesquisaram famílias americanas de classe média no final do século XX apresentando seus resultados e conclusões no livro *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar* (2001). Segundo as autoras, os estágios de vida das famílias americanas podem ser divididos em 6 etapas:

- 1- saindo de casa: jovens solteiros
- 2- a união de famílias no casamento: o novo casal
- 3- famílias com filhos pequenos
- 4- famílias com adolescentes
- 5- lançando os filhos e seguindo em frente
- 6- famílias no estágio tardio da vida

Segundo McGoldrick (2001), tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas do ciclo de vida familiar, embora essa etapa seja considerada como a mais fácil e feliz. O casamento, freqüentemente, sucede a fase do namoro, período em que ocorre o conhecimento mútuo dos parceiros. O significado do casamento,

no entanto, vai muito além da união entre duas pessoas. Ele representa a modificação de dois sistemas inteiros a partir do desenvolvimento de um terceiro subsistema, o “novo casal”. De acordo com os teóricos sistêmicos, o novo casal caracteriza a inauguração de um terceiro subsistema num sistema familiar maior.

Do ponto de vista social, este momento de transição do ciclo de vida, a inauguração do terceiro subsistema, deflagra transformações nas redes familiares, cujas influências nortearão o futuro do novo casal. As fronteiras em torno do casal dentro do sistema familiar, as definições dos papéis sexuais, o relacionamento dos cônjuges com a rede de amigos e com a comunidade e as atividades a serem desenvolvidas apresentam diferenças de acordo com o contexto sociocultural no qual o casal está inserido. Na cultura irlandesa, por exemplo, considera-se o casal como dois parceiros separados da rede familiar ampliada. Nessa cultura, a fronteira em torno do novo subsistema é rigidamente definida, a ponto dos pais dos cônjuges serem considerados intrusivos, caso oferecessem conselhos ao casal. Já em grupos italianos, a família ampliada, freqüentemente, aconselha o novo casal. Nesse exemplo, o sistema parental participa de forma ativa das questões relacionadas ao subsistema conjugal, sendo a fronteira entre eles bastante difusa. A identidade do casal só faz sentido dentro da família ampliada. Observa-se que algumas sociedades esperam que o casal estabeleça uma união com a família ampliada, outras esperam que eles se constituam como uma família nuclear destacada e independente das famílias de origem (McGoldrick, 2001).

Além disso, numa mesma cultura, cada sistema familiar apresenta padrões de comportamento e expectativas próprios. E, embora os sujeitos sejam influenciados pelos padrões de suas famílias de origem, atualmente parecem estar menos ligados a tradições familiares e mais livres para construir padrões de relacionamentos diferentes daqueles que viveram.

McGoldrick (2001) afirma que as mulheres tendem a antecipar o casamento com entusiasmo e os homens aproximam-se dele com receio de serem “apanhados numa armadilha”. O tradicional papel da mulher no casamento era cuidar do marido e dos filhos, dando ao lar a característica de um refúgio em relação ao mundo exterior. Na medida em que as mulheres adaptavam-se a esse papel, o índice de separações era pequeno. Hoje, esse modelo de esposa significa, para a maioria das mulheres, baixo status pessoal, excessivo trabalho doméstico, nenhuma remuneração e desconforto emocional. Esse fato responde tanto pela

redução do índice de casamentos quanto pelo adiar a vinda dos filhos, ou até a opção por não tê-los.

Nos casamentos tradicionais a mulher desempenhava o papel de cuidadora, sendo a responsável pela manutenção dos relacionamentos familiares. Marido, filhos, pais, pais de seu marido, todos os membros da família estavam sob os cuidados e orientação materna. Atualmente, cada vez mais as mulheres têm-se dedicado ao trabalho fora do lar tornando-se menos disponíveis para prestar esses cuidados. Nos novos casais, as mulheres querem estruturar e manter suas carreiras profissionais muito mais do que assumir responsabilidades primárias pela casa e pelos filhos e manterem-se vinculadas a maridos que ficam ausentes da vida familiar.

Tradicionalmente, não se escolhia não casar. Casar fazia parte do desenvolvimento completo do ciclo do adulto, era parte do desenvolvimento “natural” da vida. As uniões conjugais ocorriam de forma autoritária, hierárquica e promoviam o ingresso dos cônjuges na vida social. Aos pais cabia decidir sobre o casamento de seus filhos. O casamento estava ligado à noção de responsabilidade e era visto como uma tarefa da fase adulta (Giddens, 2000). Até muito pouco tempo, para os homens, a idade adulta jovem era apenas uma fase, na qual frequentemente eles desenvolviam suas carreiras. Já para as mulheres, a idade adulta jovem era inexistente. Elas passavam de suas famílias de origem para seus novos núcleos familiares sem nenhum espaço para se tornarem mais independentes. Segundo Kaufmann (1995), o casamento simbolizava a entrada do jovem no mundo adulto. Ele representava o momento de passagem entre o tempo da juventude, vivido junto à família de origem, e a entrada na vida adulta. Dessa forma, os jovens assumiam papéis e regras características daquelas que definiam os parceiros em uma relação conjugal.

Hoje, o jovem vivencia um processo de continuidade, mesmo com a entrada no casamento, já que o nascimento dos filhos tem sido adiado para vários anos após a união. Atualmente, os casais buscam conhecer-se morando juntos, antes de optarem pelo casamento. Este fato torna a transição para o casamento um momento menos crítico no ciclo de vida familiar do que no passado, diminuindo o sentimento de ruptura. O significado da cerimônia do casamento para um casal que já vive junto e cujos parceiros participam da família ampliada de cada um é

diferente do significado da cerimônia para o casal que entra no casamento nos moldes tradicionais.

Atualmente, o caráter institucional do casamento não é mais a única forma de iniciar a vida a dois, a união formal do casamento cedeu espaço para diversos arranjos conjugais. Hoje, a constituição do laço conjugal é estabelecida de diversas formas. Tornou-se difundido o modelo de união iniciado de maneira informal. Segundo Kaufmann (1995), na contemporaneidade, a entrada na vida a dois ocorre gradativamente. A opção dos jovens por morarem juntos é resultado de um processo onde os parceiros paulatinamente constroem seu mundo em comum. Esse percurso gradual, vivido nas uniões contemporâneas, permite um mútuo reconhecimento das individualidades e uma progressiva adaptação e avaliação da possibilidade de construção de um acordo conjugal satisfatório para ambos os parceiros.

Kaufmann (1995) afirma que a instalação do casal ocorre de forma progressiva num ciclo constituído basicamente de três fases. A primeira fase é o momento de descoberta do outro. Caracteriza-se pela presença de sentimentos intensos, tendência à fusão entre os parceiros e redefinição de alguns parâmetros individuais. Nessa fase, levados por sentimentos mútuos, os parceiros iniciam uma trajetória comum. A partir da interação com o outro, a identidade de cada um passa por um processo de redefinição e as diferenças individuais são desconsideradas. Essa fase caracteriza o início da construção de uma identidade comum. Nesse momento, surge o esboço de uma definição de papéis e regras entre os parceiros. Esses primeiros acordos inauguram os permanentes ajustes necessários à construção da relação.

O envolvimento gradativo do casal leva, muitas vezes, ao desejo de estabelecer uma presença mais constante na vida do parceiro. Esse desejo pode culminar com a opção por viver na mesma moradia. A coabitação marca a entrada na segunda fase do ciclo conjugal que se caracteriza pela ampliação do universo comum e construção da identidade compartilhada. A rotina do casal no universo doméstico propicia experiências de cumplicidade, admiração e integração com o parceiro, bases para a construção de um universo comum. O sentimento intenso do primeiro momento da relação cede lugar para outros mais estáveis, que se sedimentam a cada dia, como admiração, ternura e segurança. A convivência no

cotidiano intervém no processo de instauração do casal, mediante a definição de regras de interação, hábitos e papéis que consolidam a identidade conjugal.

Na terceira fase de instauração do casal, já estabelecidas as práticas interacionais e os papéis de cada um, os parceiros vivenciam o conforto e a segurança do universo comum compartilhado. No entanto, essa fase também caracteriza o aparecimento das diferenças individuais e o sentimento de “desapaixonamento”. Nessa fase do ciclo conjugal, o casal percebe que o sentimento de paixão inicial foi estabelecido em detrimento de suas individualidades e diferenças. Busca-se, então, a delimitação dos espaços pessoais e a valorização das características individuais, com o objetivo de sustentar as próprias aspirações. Essa psicodinâmica promove a consolidação dos universos pessoais de forma mais independente do outro. Nesse sentido, insatisfações recorrentes vividas numa relação conjugal, na qual cada parceiro possui bem delimitado seu universo pessoal, podem levar mais facilmente à dissolução do casamento. O casal contemporâneo tem o desafio de conciliar necessidades individuais e conjugais, inaugurando um novo modelo de trocas (Kaufmann, 1995).

O casal, como subsistema familiar, reflete a cultura e os aspectos socioeconômicos do sistema social mais amplo. No Brasil, a configuração do ciclo vital familiar apresenta pontos semelhantes e outros diversos daqueles abordados pelos autores referidos nessa pesquisa.

Buscando melhor caracterizar a realidade brasileira, Cerveny propôs em 1995 um novo modelo do Ciclo Vital da Família, diferente da literatura norte-americana, amplamente usada. Essa proposta foi discutida e aprofundada em pesquisa desenvolvida em 1996/1997 por ela e outras pesquisadoras do Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. A pesquisa tinha o objetivo de conhecer como vive a família paulista de classe média em todas as fases da vida. Partiram, então, para o levantamento da estrutura, da dinâmica e dos valores da família paulista de classe média. Foram feitas 1500 entrevistas em 69 cidades do estado de São Paulo, com a colaboração de 5 Universidades paulistas e 500 alunos pesquisadores. Essa pesquisa foi publicada no livro *“Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa”* (1997). Nesse modelo, Cerveny e Berthoud (1997) apresentam a proposta de compreensão do Ciclo Vital da Família dividido em quatro fases:

- 1- família em fase de aquisição
- 2- família em fase adolescente
- 3- família em fase madura
- 4- família em fase última

Dentre as fases do ciclo vital familiar caracterizado, destacamos a primeira, a família em fase de aquisição, por ser esse o momento específico da formação do laço conjugal no novo casal, foco de nossa pesquisa.

A fase de aquisição faz referência ao período inicial de união do casal. Berthoud (2002) desenvolveu um estudo específico sobre a fase de aquisição. Segundo a autora, no primeiro momento da união a família vive um período caracterizado pelo processo de aquisição. Esse processo engloba tanto a construção de patrimônio físico quanto a construção de padrões de interação intersubjetivos como a negociação de valores, regras, papéis e funções. É importante destacar a escolha desse termo para caracterizar a primeira fase da família. Independente da fase em que a família se encontre, o processo de aquisição estará presente, no que se refere à aquisição de bens materiais e à inserção de novos membros na família. A escolha desse termo para a primeira fase do ciclo vital reflete a idéia de que o processo de adquirir é a característica mais expressiva desse primeiro momento nas novas uniões.

A autora destaca diversas configurações possíveis na formação do novo casal. Ele pode ser constituído por casais jovens em sua primeira união, casais de meia-idade em primeira, segunda ou múltiplas uniões ou ainda envolver casais com grandes diferenças de idade entre si, como adolescentes que se casam com parceiros de meia-idade. Participam também da configuração dos novos casais os adolescentes unidos devido à “gravidez” que, embora se casem, continuam a estudar e morar com os pais. A pesquisa dessa autora ressalta que embora a fase de aquisição esteja presente em cada nova união, ela se desenvolverá de forma diferente em cada uma delas. Cada uma das configurações dos novos casais pertence a um contexto psicosociocultural específico e sofre influências de fatores diversos como rede de apoio social e familiar, experiências anteriormente vividas, maturidade, entre outros. Esses fatores fazem parte da história constitutiva de cada nova união, levando os novos casais a desenvolverem experiências distintas na fase de aquisição.

Independente do contexto do novo casal, segundo Berthoud (2002), a inauguração de um novo núcleo familiar começará com um novo período do ciclo vital da família: a família em fase de aquisição. Foram observados, nesse estudo, três processos fundamentais constitutivos da fase de aquisição conceituados como: unindo-se, construindo a vida a dois e vivendo a parentalidade. Privilegiamos em nossa pesquisa, os dois primeiros processos: unindo-se e construindo a vida a dois, uma vez que o terceiro processo, a vivência da parentalidade, envolve uma dinâmica mais complexa na família, fato esse que pediria uma extensão maior de nossa investigação da influência da família de origem na formação do laço conjugal no novo casal.

O processo de união diz respeito à formação inicial de uma nova família e compreende fenômenos como a conquista, a vivência em si do processo de união, a preparação de novos papéis e novas funções e a adaptação ao novo contexto que implica a necessidade de planejar, ceder, renegociar relações e afastar-se da família de origem. Durante o primeiro momento do processo de união, a conquista, os parceiros vivem a possibilidade de conhecer seus próprios sentimentos com relação ao outro, analisar as diferenças individuais e avaliar a viabilidade da relação. A conquista é caracterizada por fenômenos comuns como: apaixonando-se, apostando na relação, criando laços, decidindo, analisando as diferenças e sentindo medo de aproximação (Berthoud, 2002).

Ainda dentro do processo de união, após o momento da conquista, identificado o mútuo interesse na continuidade da relação, o casal apresenta um movimento emocional de consolidação da união um com o outro. Este processo, no entanto, não ocorre de forma tranqüila e linear, ele traz em si sentimentos contraditórios e ambivalentes na vivência da união. Esses sentimentos ambivalentes se originam a partir da presença simultânea de velhos e novos padrões na sociedade contemporânea e de sua influência sobre os jovens casais na construção de suas próprias formas de relacionamento (Berthoud e Bergami, 1997).

“Socialmente espera-se que o jovem casal corresponda ao chamado padrão moderno, no qual a relação deve ser liberada de qualquer preconceito, aberta e flexível e se prega como máxima o respeito pela individualidade e crescimento pessoal de cada um. Subjetivamente, no entanto, os padrões parecem que não são tão diferentes assim daqueles cultuados décadas atrás.

Independentemente do discurso manifestado, a maioria dos casais que se casam apaixonados espera que, como um passe de mágica, a profecia do “VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE” se cumpra também em suas vidas” (Berthoud e Bergami, 1997, p.53).

Na contemporaneidade, o estilo livre de vida é por si só, muitas vezes, uma resistência à decisão de unir-se a outra pessoa. Hoje, os novos casais procuram construir a relação a dois preservando suas conquistas individuais. Contudo, esse momento do processo de formação do novo casal é marcado por ambivalência, pois o desejo de manter o estilo de vida de solteiro na nova união convive com o desejo de encontrar no casamento a realização de um sonho. Um dos principais fenômenos nesse processo é o movimento de despedida da vida de solteiro, caracterizado pela vivência do luto diante das perdas inerentes à mudança no estilo de vida. Esse processo de despedida do estilo de vida solteiro é fundamental para a consolidação da nova união e ocorre de forma mais ou menos dolorosa para alguns. Isso implica assumir novas responsabilidades para si e dar nova forma à relação.

A preparação de novos papéis e novas funções destaca-se como outro fenômeno inerente ao processo de união. Essa preparação caracteriza-se basicamente por um processo racional de discutir e planejar a relação. Nessa fase o casal busca estabelecer negociações e metas entre si com relação ao estilo de vida desejado de ser alcançado. Além da preparação de novos papéis, o casal vive um momento de adaptação à nova relação principalmente no que concerne à distância da família de origem. Essa fase destaca-se pela negociação das fronteiras com as famílias de origem de cada um. A importância desse momento consiste na construção de uma nova família formada, agora, apenas pelo casal. Vivências como ceder e estabelecer o foco na vida presente caracterizam esse momento de transição.

Após o primeiro fenômeno da fase de aquisição, o fenômeno da união do casal, carregado de negociações, reconhecimentos e adaptações à nova situação, o casal entra em um segundo fenômeno cuja característica básica é a construção da vida a dois (Berthoud, 2002). As principais vivências do novo casal nesse momento são: vivendo um tempo de adaptação, iniciando a família, relacionando-se com a família de origem, relacionando-se socialmente e vivendo sem filhos.

A primeira fase da construção da vida a dois é a vivência de um tempo de adaptação do casal entre si. A constituição de conjugalidade envolve negociações constantes como adequação do espaço de cada um e a conseqüente elaboração de um novo padrão relacional num processo contínuo de construção da relação. Jovens casais em primeira união conjugal freqüentemente apresentam sentimentos ambivalentes nesse momento. Segundo Berthoud (2002), foi observado nessa fase do ciclo vital, a presença de sentimentos de insegurança diante do desafio da nova vida e ao mesmo tempo prazer pela conquista já efetuada em conjunto até então. Esse é o momento do início da formação da família propriamente dito. A cumplicidade é um fenômeno extremamente importante para a edificação do núcleo familiar. Há a necessidade de redescobrir o outro e assumir compromissos novos, vivências fundamentais para o desenvolvimento funcional da parceria.

Administrar financeiramente a nova relação é também um fenômeno importante, vivido de diferentes modos pelos casais. A mulher assumiu um novo papel social na vida conjugal, no trabalho e na participação financeira dentro do lar. O casal de classe média procura organizar-se econômica e financeiramente com a participação de ambos. Em muitas uniões, a mulher é a responsável pela administração do dinheiro do casal, independentemente dela estar ou não trabalhando. Outros casais optam por um modelo onde cada um administra seu próprio ganho. Nas duas situações, o modelo tradicional do homem como provedor está distante da configuração do novo casal.

As demandas trazidas para a conjugalidade dizem respeito a duas histórias pré-existentes. Cada um traz para a nova relação reflexos da história vivida no sistema de origem e os modelos nele adquiridos. A diversidade de comportamentos e valores presentes no novo subsistema podem levar a dificuldades na vivência da relação. As reavaliações da própria conduta e dos padrões incorporados das famílias de origem não ocorrem sem conflitos e as adaptações necessárias na dinâmica do casal ocorrem com o tempo, num processo contínuo.

A articulação da vida individual e da vida a dois é um fenômeno marcante nesse primeiro momento. Nesse movimento inicial de formação da família, cada parceiro constrói gradativamente um novo papel, já que ocupam agora novas posições. Além da construção de novos papéis, a divisão de tarefas e

a negociação das escolhas individuais são aspectos importantes para a adaptação a um novo padrão relacional.

Berthoud (2002) destaca, como base para as negociações amplamente vivenciadas nessa fase, o processo de diferenciação entre os membros do casal. A demanda de respeito à individualidade do outro evidencia as diferenças existentes entre os parceiros. A aceitação das diferenças leva à construção da própria individualidade. A diferenciação entre os parceiros é a base de uma relação funcional e saudável. A autora ressalta, ainda, que o processo de construção do espaço individual e conjugal na relação pode iniciar no primeiro período da formação do novo casal ou não.

Em estudos anteriores, Bowen (1978) relacionara a capacidade de diferenciação do sujeito com suas vivências junto à família de origem. Segundo ele, o processo de diferenciação vivido no relacionamento com os pais possibilita ou não a esses filhos a construção de novos relacionamentos baseados na liberdade de cada pessoa ser ela própria e de apreciar o outro como ele é.

Uma vez estabelecidos novos padrões de interação conjugal, segue uma fase na qual o casal passa a olhar mais para o mundo externo. Já integrado em um novo padrão de relacionamento, o casal movimenta-se agora em direção à formação de novas interações com sua rede social, com a família de origem, com a família extensa, com os amigos e os conhecidos. A convivência nessas redes, a adequação das fronteiras com esses subsistemas, a passagem por determinados rituais, a reprodução de alguns papéis e o redimensionamento dos valores familiares são fenômenos característicos desse processo, embora nem todos os casais vivam todos eles (Berthoud, 2002).

Nesse momento do ciclo vital, a adequação das fronteiras com o subsistema parental tem um significado especial para o novo casal, pois a forma como os novos padrões de relacionamento com as famílias de origem é estabelecida tende a influenciar na definição dos novos papéis. A flexibilidade dessas fronteiras influenciará na construção dessas novas relações.

Minuchin (1982) ressalta que a função das fronteiras é proteger a diferenciação dos sistemas. Segundo o autor, o subsistema conjugal deve conseguir estabelecer uma fronteira que o proteja da interferência das exigências de outros sistemas. O casal deve construir um abrigo no qual possam dar apoio emocional um ao outro. Se a fronteira em torno dos cônjuges é demasiadamente

rígida, este sistema pode ficar isolado, dificultando o trânsito com outras relações. Já fronteiras tenuamente estabelecidas podem permitir a entrada constante de parentes afins no funcionamento do casal. As fronteiras de um sistema familiar funcional devem ser suficientemente definidas para permitir que os membros do subsistema exerçam suas funções, sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros dos subsistemas envolvidos, estabelecendo uma rede de apoio intersistêmica.

Na formação de novos padrões de relacionamento com as redes sociais, o novo casal preserva ou modifica os rituais trazidos das famílias de origem. O fator tempo, na nova relação conjugal, faz com que alguns rituais inicialmente mantidos sejam modificados ou até mesmo abandonados pelo novo casal, devido à consolidação dos padrões desta relação. As relações sociais de amizade também são redefinidas. Dois movimentos básicos parecem possíveis nesse momento do ciclo vital do novo casal: alguns casais constroem novas redes de amizade, outros se mantêm envolvidos apenas em seu novo núcleo familiar. Frequentemente, a existência de amigos em comum constrói uma rede relacional. Já a não aceitação de determinados comportamentos de um grupo de amigos por um dos parceiros pode levar a posturas de isolamento ou ciúmes (Berthoud, 2002).

Berthoud (2002) destaca que os jovens casais contemporâneos têm adiado a vinda do primeiro filho e vários fatores contribuem para essa realidade. A consolidação das carreiras profissionais de ambos aparece como o fator de maior destaque. Além da carreira profissional, fatores como sentimentos de liberdade individual e relacional predominam nas relações atuais e podem aparecer como resistências diante da decisão de ter um filho, já que uma terceira pessoa necessariamente modificaria o espaço, o tempo e a liberdade na relação conjugal.

Ao descrever o processo de formação de um casal, Berthoud e Bergami (1997) sintetizam alguns fatores presentes na construção da identidade do novo casal: a bagagem emocional herdada de cada parceiro, afinidades e diferenças culturais, os motivos inconscientes presentes na escolha do parceiro e na decisão da união. As autoras destacam que algumas uniões podem se formar diante de certas circunstâncias tidas como fatores de risco no ajustamento conjugal. São circunstâncias problemáticas: a união do casal logo após uma perda significativa, a presença do desejo em um ou em ambos os parceiros de se distanciar da família

de origem, uniões decorrentes de gravidez inesperada, uniões estabelecidas com menos de seis meses de convivência, casamentos sem rituais de passagem, tendo em vista a importância do simbolismo de finalização de uma etapa e inauguração de outra.

O lugar do casamento no ciclo de vida tem mudado de forma notória. Consideramos, pois, a influência de diversos fatores inerentes à sociedade moderna presentes na formação do laço conjugal no novo casal. Os casamentos contemporâneos não são estruturados com base numa divisão de papéis em que a mulher desempenha o papel de cuidadora do lar e o homem desempenha o papel de único provedor do sustento da família. Os papéis conjugais nos novos casais pressupõem a interdependência dos parceiros. A sobrevivência dos indivíduos no novo casal é facilitada pelo compartilhamento das tarefas e pela busca de satisfação das necessidades mútuas. Cooperação, competição, simbiose, complementariedade e reciprocidade são alguns elementos que delimitam o papel conjugal (Osório, 2002).

Embora cada sistema familiar tenha características próprias e exerça influências nos outros subsistemas, no que diz respeito às tradições familiares, os casais buscam desenvolver relacionamentos cada vez mais independentes daqueles vividos em suas famílias de origem. Essa busca de autonomia do projeto conjugal está relacionada à exacerbação do individualismo no casamento (Magalhães, 1993). Alguns fatos marcantes ocorridos no processo histórico como a mudança no papel da mulher, os efeitos dos contraceptivos, o destaque da sexualidade, a presença de novos e variados arranjos conjugais, entre outros, influenciam na constituição do novo casal e na redefinição da conjugalidade.